**DISCURSO PROFERIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO E CHEFE DO GOVERNO, NA APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo.

Permitam-me que, em nome do Governo que chefio, cumprimente Vossas Excelências, e reitere todo o nosso respeito pela Casa Parlamentar, por todos e cada um dos Senhores Deputados bem como a nossa vontade de total e leal colaboração institucional.

Gostaria de cumprimentar, de forma particular, as excelentíssimas senhoras Ministras e Deputadas aqui presentes, por ocasião do dia 8 de Março; e tornar extensiva essa saudação a todas as mulheres de São Tomé e Príncipe, formulando votos de muita saúde e felicidade no seio das respectivas famílias e muita coragem e perseverança no processo de luta que travamos pela promoção da equidade e igualdade de género. Bem hajam!

Há aproximadamente dois meses, aquando da apresentação do Programa do Governo, tive o ensejo de afirmar perante esta augusta Assembleia, as medidas do referido programa, os desafios que hoje se nos colocam, os grandes objectivos, os imensos obstáculos a transpor e as estratégias a adoptar para promover a modernização do País na senda de um desenvolvimento sustentado.

Nessa altura, afirmei que o País tinha problemas muito sérios por resolver e que reconhecia a necessidade de nos empenharmos todos por forma a garantir uma maior equidade social.

É do desempenho económico do País que dependerá, ninguém pode ter dúvidas, a nossa capacidade de resolver as inúmeras carências que a nossa população enfrenta, como no sector da saúde, onde não tem havido resposta com eficácia suficiente às necessidades dos utentes, bem dos servidores deste importante sector da vida nacional.

Para garantirmos os direitos sociais e económicos dos cidadãos, é preciso criarmos riqueza para gerar níveis satisfatórios de redistribuição e restabelecer a confiança do cidadão numa sociedade mais equitativa e mais justa.

Excelências, Senhoras e Senhores Deputados,

Não é possível em dois meses e dias, que é o tempo de vida que tem este Governo, gerar-se níveis satisfatórios de resposta a todas as preocupações que afligem as populações. O partido que sustentou o anterior Governo, o ADI não está isento de responsabilidades nas carências que subsistem na saúde, na educação e noutros sectores da vida Nacional. Por isso, os seus dirigentes devem assumir as suas responsabilidades, procurando contribuir para que haja debate político de qualidade, em vez de estimular a instabilidade, fazendo o aproveitamento da situação difícil dos cidadãos que eles próprios contribuíram para criar.

Assumimos o compromisso de falar verdade aos são-tomenses. Apresentamos ao povo com rigor, o estado em que encontramos o país, sem esconder dificuldades. Cheio de dívidas, e cada dia que passa descobrimos uma dívida e não sabemos como paga-las. Infelizmente, todos os dias se avolumam as surpresas sobre o verdadeiro estado das nossas finanças públicas. Mas nem por isso, estamos desencorajados. Sabemos que a nossa missão não é fácil, que não será possível resolver-se todas as questões em tão curto espaço de tempo, mas estamos empenhados a gerir o presente com realismo e preparar o futuro com pragmatismo.

É o que temos vindo a fazer procurando unir os são-tomenses em torno do que é fundamental para o País.

Aqui impõe-se ter por claro que a defesa dos interesses morais e socioprofissionais dos trabalhadores dum determinado ramo não pode ser confundido com interesses meramente partidários, confundindo no mesmo impulso, reivindicações de ordem profissional, legítimas enquanto tais, com interferências claramente partidárias.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

É por todos sobejamente conhecido o ambiente político e macroeconómico nacional e internacional em que o Orçamento Geral de Estado que ora se submete à vossa apreciação foi concebido e será executado. Com efeito, trata-se de um orçamento de rigor. O rigor e a transparência constituem a principal imagem de marca deste Governo na gestão da coisa pública e que,, seguramente reflectir-se-á na execução deste Orçamento.

O Governo pautará a sua conduta pela disciplina na gestão financeira, como forma de aumentar o nível de cumprimento da Lei do Sistema da Administração Financeira do Estado (SAFE) e do Decreto-Lei n.º 4/2009 (que imprime uma nova dinâmica na administração financeira do Estado), para que sejam observados os preceitos atinentes ao rigor e a racionalidade na gestão dos recursos públicos.

Convirá ainda destacar que uma atenção muito particular será dada ao funcionamento das Direcções Administrativas e Financeiras (DAFS) dos diferentes Ministérios, a fim de elevar os seus níveis de responsabilidade financeira e de respeito pelas disposições legais existentes com vista a uma melhor eficiência e eficácia na utilização de bens e recursos públicos.

Não podemos perder de vista, que somos um país de fracos recursos financeiros e que por isso, a ajuda pública ao desenvolvimento tem sido de capital importância, constituindo mais de 90% do financiamento de despesas de investimento, e é exactamente por isso que devemos adoptar uma atitude de maior transparência na utilização dos recursos disponíveis.

Importa sublinhar que São Tomé e Príncipe encontra-se incluído no grupo de países insulares, periféricos e fortemente dependentes da ajuda externa e os constrangimentos que resultam dessa condição, no âmbito do nosso relacionamento com os nossos parceiros de desenvolvimento. Torna-se cada vez mais perceptível, sobretudo na presente conjuntura de crise financeira e económica mundial que as ajudas são cada vez mais escassas, o que significa que temos que ser nós próprios a arrepiar caminhos para encontrar soluções aos nossos problemas.

Tudo isso demonstra o quão difícil foi conceber a presente proposta do orçamento.

A escassez de recursos do País obriga-nos a definir as grandes prioridades que devem orientar o esforço de desenvolvimento. A necessidade de optimizar esses parcos recursos impõe que procedamos a uma profunda alteração do nosso comportamento. De facto, o país só tem a ganhar com uma coordenação eficaz dos seus recursos.

**Senhor Presidente;**

**Ilustres Senhoras e Senhores deputados;**

Como vem plasmado no ponto IV do presente projecto de orçamento, o objetivo central do XV Governo consiste na promoção de um crescimento inclusivo, assente na implementação de políticas de combate às desigualdades sociais e de coesão social.

Para o ano económico de 2013, prevê-se um crescimento não superior a 4,5%, justificado, particularmente, pela conjuntura internacional que continuará pouco favorável para São Tomé e Príncipe, consubstanciada na reduzida entrada de recursos externos.

Por conseguinte, para mobilizar recursos para o investimento público, enquanto principal dinamizador da economia, o Governo tem vindo a envidar esforços no sentido de aprofundar a cooperação sul-sul, pautando a sua acção por uma diplomacia económica mais acutilante.

O esforço de cobertura diplomática correspondente à crescente importância que tem a cooperação económica no contexto da ajuda ao desenvolvimento do nosso país é patente no quadro deste orçamento no sentido de contribuir para o reforço da cooperação económica na nossa acção externa. Não obstante as dificuldades com que nos confrontamos, nomeadamente no tocante aos meios que permitam potenciar o desempenho das nossas missões diplomáticas no estrangeiro, face a elevada prioridade da diplomacia económica para esta governação, conduziu-nos a esforços acrescidos no actual quadro orçamental.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Há muito, que o país reclama uma justiça mais eficaz capaz de garantir, direitos e a segurança dos cidadãos e represente igualmente, a garantia efectiva de segurança dos investimentos. É por essa razão, que a reforma da justiça e o aperfeiçoamento das instituições judiciárias constituem um dos propósitos centrais deste governo. Nesse âmbito, serão introduzidos novos instrumentos de gestão nos tribunais que promovam um melhor acesso ao direito e à justiça. O objectivo político central deste governo nesta matéria é, sem mais delongas, mobilizar os recursos necessários, quer internos, quer externos, nomeadamente, junto dos nossos parceiros bilaterais e multilaterais para a sua materialização. Pretendemos mobilizar sobretudo a participação activa dos operadores judiciário, com enfase para os tribunais, investigação criminal (PIC) e o sistema prisional.

Porém, a necessidade de financiamento da nossa economia não poderá nunca por em causa a nossa posição de princípio contra o branqueamento de capital cuja legislação merecerá uma particular atenção da nossa parte quanto ao seu aperfeiçoamento.

Defendemos intransigentemente o combate à corrupção e a adopção duma política de rigor quanto a dignidade que deve ser exigida aos titulares dos cargos públicos, no exercício das suas funções, impondo-se ao Governo impulsionar, a breve trecho, a adopção da lei sobre a responsabilidade dos titulares de cargos públicos.

Importa sublinhar a necessidade de se reforçar o papel do Tribunal de Contas no que tange à fiscalização prévia dos actos e contratos que envolvem dinheiros públicos, impondo-se a modificação da legislação para pôr termo às incongruências verificadas no sistema actual.

Senhor Presidente, Ilustres Senhoras e Senhores Deputados;

O aumento da criminalidade registada sobretudo nos últimos tempos no país exige do Governo esforços acrescidos quanto a prevenção e o combate a criminalidade, com especial destaque para a questão do roubo, da violência e do surgimento do fenómeno do consumo de substâncias psicotrópicas, particularmente no seio juvenil.

Na área dos serviços prisionais, para além do problema de sobrelotação da cadeia, neste orçamento é dada prioridade a resolução do problema do estabelecimento penitenciário em avançado estado de degradação que ameaça as condições de trabalho do pessoal de segurança, educadores e do pessoal de apoio. Por isso, não obstante a programação feita no quadro deste orçamento, impõe-se a necessidade duma extraordinária mobilização de recursos financeiros para os ingentes problemas da reforma do sector da justiça.

A defesa da legalidade democrática e a reposição da autoridade do Estado, constituem uma exigência inadiável, no combate às novas ameaças emergentes para garantir a segurança de pessoas e bens.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os riscos inerentes a economia santomense para o ano económico de 2013, estão particularmente associados à (i) concentração de financiamento externo para o investimento público; (ii) possibilidade da não entrada desses fundos nos montantes que garantam pelo menos o mesmo nível da procura interna do ano de 2012; (iii) possível entrada tardia desses fluxos no país e; (iv) a estagnação do crédito a economia. A fim de evitar uma situação de estagnação do crédito a economia como a verificada em 2012, os bancos comerciais deverão desencadear o procedimento de recuperação de créditos mal parados.

A inflação tem vindo a diminuir de forma considerável, tendo-se verificado uma acentuada diminuição, em termos médios anual de um pico de 32% observado em Dezembro de 2008 para 10,6% em Dezembro último, sustentada essencialmente pelo acordo cambial, políticas de contenção do défice fiscal e abastecimento mais ou menos regular do mercado interno. O Governo envidará esforços no sentido de levar a inflação a nível dum dígito (7%) em finais de 2013.

**No que concerne a política fiscal, o Governo procurará manter o défice primário controlado em torno dos 3% do PIB. A justificação assenta na necessidade de, não só manter a sustentabilidade da dívida pública a longo-prazo, como também, a curto-prazo ter espaço fiscal para o financiamento das despesas a favor da coesão social e redução da pobreza.**

**O cumprimento das metas fiscais e macroeconómicas estabelecidas com o FMI reveste-se de crucial importância. Para tal, o XV Governo assume o investimento directo estrangeiro, como um dos pilares para fomentar a procura interna e o crescimento económico em 2013.**

O défice primário continuará a ser financiado com recursos não geradores de dívida interna ou externa, de modo a não comprometer a sustentabilidade da dívida externa e o acordo de paridade cambial. Para não criar muita dependência sobre os referidos recursos, o Governo continuará a mobilizar esforços para a implementação de um plano estratégico de tributação e de cobrança das dívidas ao fisco em atraso.

Dentre outras medidas previstas, figuram o reforço da acção de fiscalização, a cobrança coerciva, o combate a subfacturação e a fraude aduaneira e uma melhor análise e reavaliação das declarações de rendimentos. Através dessas medidas, espera-se manter a carga fiscal à volta de pelo menos 15,6% do PIB até 2015, sem que haja alterações significativas na base tributária.

Comparativamente a 2012, a carga fiscal conhecerá um aumento na ordem de 1,6%, imputando-se esse aumento particularmente a cobrança de uma parte substancial das receitas tributárias em atraso – sobretudo os impostos devidos sobre consumo de serviços, produção local e sobretaxas alfandegárias. Quanto as receitas não fiscais, estas manter-se-ão fixas em 1,4% do PIB até 2015.

No tocante às despesas, a massa salarial tem vindo a decrescer gradualmente desde 2010, sendo que de 2013 a 2015, a mesma será fixada em 8% do PIB, com o propósito de libertar recursos para outras despesas com efeitos multiplicadores na economia. Contudo, em termos globais, as despesas com o pessoal, em 2013, conhecerão um aumento na ordem de 7%, face ao executado em 2012, para fazer face aos compromissos assumidos no âmbito da implementação da carreira docente, médica, enfermeiros e técnicos de saúde.

Graças a um melhor controlo verificado em 2012, as despesas com aquisição de serviços de água e energia, registaram uma diminuição na ordem de 3,3% do PIB em 2011 para 1,9%. A política de controlo implementada em 2012 deverá manter-se nos anos seguintes, pelo que o peso desta rubrica de despesa em relação ao PIB manter-se-á constante, e ao nível de 1,9% do PIB – não obstante ter-se registado um aumento da referida rubrica em termos absolutos.

As transferências correntes também conhecerão um aumento de 3,8% registado em 2012 para 5,1% do PIB em 2013, pelo facto de se prever recursos adicionais para reduzir os atrasados com bolsas de estudos em simultâneo com o pagamento das bolsas referentes ao presente ano lectivo. A esse propósito, sublinha-se que o Governo vem seguindo com profunda preocupação a situação dos nossos estudantes bolseiros no estrangeiro, bem como da nossa representação diplomática e dos doente evacuados no quadro da junta médica e tudo fará, logo que o orçamento, for aprovado, para a transferência das verbas necessárias ao pagamento das bolsas e outras despesas inadiáveis.

Procedeu-se a reafectação de despesas de água e energia para Região Autónoma do Príncipe, as Câmaras Distritais, e os Serviços Autónomos, como forma de permitir as referidas instituições assegurar um melhor controlo sobre os respectivos gastos.

Registou-se uma diminuição dos recursos HIPC destinados aos investimentos de 2011 para 2012 (de 0,7% para 0,3% do PIB). Esta diminuição foi compensada com o aumento do financiamento proveniente dos recursos próprios do Tesouro (de 1,1% para 1,5% do PIB). Face a inexistência de recursos de privatização em 2012, à semelhança dos três anos anteriores, esta situação contribuiu para que o total dos investimentos com recursos internos caísse de 2,1% em 2011 para 1,8% do PIB em 2012. Para 2013 em diante, projecta-se um aumento para 2,2% do PIB sustentado pelos recursos próprios, sobretudo, os provenientes do Tesouro Público.

O Governo perspectiva - através da promoção de uma “diplomacia económica dinâmica” - mobilizar fundos suficientes para impulsionar a economia nacional. A efectiva mobilização desses recursos implica a implementação de projectos que concorrem para o crescimento inclusivo tais como, construção de casas sociais; construção e reabilitação do sistema de abastecimento de água e a melhoria da rede de distribuição de energia eléctrica, dentre outros.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Deputados;**

A Lei nº 1/2013 (Lei-Quadro da Dívida Pública) recentemente aprovada por esta augusta Assembleia e já publicada, regula os procedimentos para o endividamento do Estado, garantindo que a satisfação das necessidades financeiras sejam realizadas com maior prudência possível, observando-se a capacidade de reembolso do país.

Todavia, enquanto a Estratégia da Dívida não for elaborada e aprovada, as necessidades de financiamento serão aquelas que forem apresentadas na proposta do OGE, e não necessariamente as que refletem as reais capacidades de endividamento do País.

A execução do orçamento proposto no OGE para 2013 implica necessidades de financiamento no valor de 15,1% do PIB, representando um aumento de 3,4 pontos percentuais, face ao resultado alcançado em 2012. Esse aumento tem efeitos negativos, na medida em que concorre para o aumento do défice da Conta Corrente Externa e a consequente elevação do rácio *stock* nominal da dívida externa em relação ao PIB (84,4%).

Contudo, esse impacto negativo pode ser mitigado pelo simples facto desses recursos garantirem a continuidade de financiamento de investimentos públicos, que constituirão mais-valias relativamente ao montante investido, adicionado ao aumento das reservas externas do Banco Central, para sustentar a política cambial de paridade fixa.

A fim de acelerar o crescimento e dar resposta aos desafios do futuro, o Governo projecta um aumento das necessidades de financiamento até 17,1% do PIB em 2015. Este aumento também implica a necessidade de recurso a créditos adicionais, para suprir a verosímil diminuição de donativos prevista para os próximos anos.

**Excelências, Senhoras e Senhores Deputados;**

No exercício económico de 2013, a autoridade monetária deverá prosseguir o reforço da sua função de supervisão bancária, com o obectivo de reduzir os riscos de insolvência e reforçar a estabilidade financeira. De igual modo, serão desenvolvidas acções destinadas ao fortalecimento da gestão da política monetária, através da consolidação de políticas coordenadas e convergentes entre as autoridades fiscais e monetárias, visando o reforço das medidas que garantam a credibilidade do regime de paridade fixa com o euro.

Esta cooperação entre as autoridades fiscais e monetária, assenta particularmente numa melhor programação dos fluxos de caixa do Tesouro Público, que são essenciais para as operações de política monetária. Auguramos, igualmente, que a autoridade monetária possa desempenhar cada vez melhor o importante papel que lhe é conferido no crescimento da economia, nomeadamente no que tange à regulamentação e dinamização do mercado de crédito, de modo a contrariar a situação de quase estagnação registada durante o ano financeiro de 2012.

**Minhas senhoras e meus senhores,**

O orçamento que submeto à vossa douta apreciação foi elaborado em estreita conexão e sintonia com as Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano de 2013. Pois doutra forma não poderia ser, na medida em que o orçamento constitui um instrumento de operacionalização dos objectivos de política económica e social, definidos pelo XV Governo Constitucional que serão materializados no presente ano económico.

Através do investimento público, enquanto factor dinamizador da actividade económica, serão criadas as bases para atrair e promover o investimento privado, considerado como uma componente fundamental para a criação de emprego, o fomento do crescimento e desenvolvimento económico e social do país.

Assim, no tocante as medidas de políticas de investimento consagradas no GOP 2013, o programa de investimentos públicos está fixado em 1,9 biliões de dobras, cerca de 65,4% do total da proposta do orçamento e ronda os 34,7% do PIB estimado para o ano, sendo que 93,5% do PIP programado serão financiados através de recursos externos, e os 6,5% restantes pelos recursos internos. Procedendo-se a uma análise por áreas de acção governativa, constata-se que estão ali evidenciadas as prioridades do Governo, sendo 21,0% destinados a Transportes e Comunicação, 14,4% a Serviços Públicos Gerais, 13,8% a Habitação e Serviços Comunitários, 9,4% a Combustíveis e Energia e 8,8% a Saúde.

O nosso país poderá enfrentar sérias dificuldades no que toca ao financiamento da sua economia, se não se conseguir inverter a actual situação, para que as nossas finanças públicas possam trilhar novos caminhos no seu reajustamento. Por essa razão, torna-se imperiosa a necessidade de consolidar o processo de reforma das finanças públicas.

O progresso material dos são-tomenses e de São Tomé e Príncipe dependerá da nossa capacidade em construir uma economia capaz de produzir níveis de riqueza autossustentáveis. Para isso, temos que assumir como princípio que não podemos continuar a viver acima das nossas posses. Temos de produzir mais riqueza, evitar o endividamento excessivo do País, ter uma política coerente de redistribuição, e demonstrar a nossa capacidade para debelar as nossas fragilidades estruturais.

Acontece, porém, que ao longo desses anos todos, temos vivido da ajuda externa e com um rítimo de consumo e de despesa incompatíveis com os baixos níveis registados na produção nacional. O resultado tem sido o acumular de níveis de dívida excessivos que poem em causa a nossa capacidade de endividamento. O baixo nível de crescimento económico tem dificultado a sustentação da dívida.

Por outro lado, para um efectivo controlo externo das finanças públicas, reputamos de fundamental, a análise da Conta Geral do Estado e a emissão do respectivo relatório e parecer, pela jurisdição competente.

Com efeito, a inexistência da Conta Geral do Estado, - nomeadamente a actividade financeira do Estado no ano a que a conta se reporta, nos domínios patrimonial e das receitas e despesas, quanto ao cumprimento legislação orçamental, o inventário do património do Estado, as subvenções, subsídios, benefícios fiscais, créditos e outras formas de apoio concedidos, directa ou indirectamente - constitui uma das fragilidades do nosso sistema. Este Governo envidará esforços necessários no sentido de, doravante se remeter ao Tribunal de Contas, a Conta Geral do Estado para análise e parecer.

Esse orçamento traduz as prioridades do XV Governo Constitucional, nomeadamente nas áreas da economia, da saúde, da acção social, da educação, da formação, da justiça

O Governo pretende mobilizar toda a sociedade são-tomense para os novos desafios, para melhorar as condições de vida do cidadão, reduzindo a pobreza, e desenvolvendo as infraestruturas necessárias.

Este é o momento próprio para darmos um impulso decisivo na modernização e desenvolvimento da sociedade são-tomense e não continuarmos a perder mais tempo com conflitos inúteis.

Por isso, é preciso reorganizar o Estado, sanear as finanças públicas, reajustar a política económica, reforçar a coesão nacional, melhorar substancialmente a qualidade dos serviços públicos e garantir a igualdade de oportunidades e a justiça social.

Muito obrigado pela vossa atenção.